



→☆ continuação

## PORTO SEGURO ITAÚ UNIBANCO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 11.342.322/0001-35  
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Torre B, 11º andar, Campos Elíseos - SPNOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## (a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é de R\$ 2.772.233 e está dividido em 228.942 mil ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

## (b) Reservas de lucros

## (i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

## (ii) Reserva estatutária para manutenção de participações societárias

É constituída em até 90% do lucro líquido e tem por finalidade preservar a integridade do capital social da Companhia, sua capacidade de investimento e a representatividade da participação da Companhia em suas controladas e coligadas, não podendo exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros.

## (c) Dividendos

Considerando a previsão estatutária a proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos previstos no Estatuto é de 5% do lucro líquido do exercício.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como seguem:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	3.390	3.865
Percentual do lucro (*)	5%	5%
Dividendos mínimos obrigatórios	170	193

(\*) Conforme estatuto da Companhia.

Em ARCA, realizada em 10 de agosto de 2021, foi deliberado o pagamento de dividendos intermediários no valor de R\$ 10.000, por conta de reservas de lucros. Em AGO/E de 30 de abril de 2021, foi aprovado a destinação de dividendos, de R\$ 193 por conta do lucro do exercício de 2020, liquidado em 28 de julho de 2021.

## 11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não operou e nem apresentava posições ativas ou passivas, decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Bruno Campos Garfinkel Presidente do Conselho de Administração	Marco Ambrogio Crespi Bonomi Vice-Presidente do Conselho de Administração	Jayme Brasil Garfinkel Conselheiro	Ana Luiza Campos Garfinkel Conselheira	André Luís Teixeira Rodrigues Conselheiro
<b>DIRETORIA</b>				<b>CONTADOR</b>
<b>Bruno Campos Garfinkel</b> Diretor Presidente	<b>Roberto de Souza Santos</b> Diretor	<b>André Luís Teixeira Rodrigues</b> Diretor	<b>Ricardo Matsubara</b> CRC 1SP 183216/O-0	

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando

aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de abril de 2022



**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

**Tháís Helena Ferreira Farat Cosentino**  
Contador - CRC 1SP260324/O-0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.estadao.com.br/publicacoes/>